

FOLHA DE PROTOCOLO

Protocolo Nº: 014/2026

Data: 13/01/2026

Protocolado por: Luigi Costa

Tipo de Proposição: Projeto de Lei nº 6636/2026

Autor(es): Executivo

Processo no Sistema Elotech: 51/2026

Ementa/Resumo:

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 1.083.273,42





MUNICÍPIO DE PALMEIRA ESTADO DO PARANÁ

Ofício nº. 27/2026

Palmeira/PR, 13 de Janeiro de 2026.

Senhor Presidente:

Através do presente, estamos enviando a Vossa Excelência, os Projetos de Lei que abaixo especificamos, a fim de receber a honrosa apreciação dessa Casa de Leis.

- Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 1.083.273,42.

Pelo exposto que acompanham os mencionados Projetos, contamos com a aprovação por parte dos Edis que compõem essa egrégia casa de Leis.

Sem mais para o momento, valemo-nos da oportunidade para expressar nossa elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR
DIEGO FABRÍCIO ZANETTI
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
N/CIDADE**



MUNICÍPIO DE PALMEIRA ESTADO DO PARANÁ

Projeto de Lei nº

Ementa: Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências.

Art. 1º - Fica autorizada no corrente exercício a Abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento Geral do Município, no valor de R\$1.083.273,42 (um milhão e oitenta e três mil duzentos e setenta e três reais e quarenta e dois centavos), e demais suplementações que se fizerem necessárias integrando e alterando a Lei nº. 6.216/2025 – Lei Orçamentária Anual e destinado à criação da seguinte dotação orçamentária:

Suplementação

10.000.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Educação
10.001.00.000.0000.0.000. Departamento Administrativo
10.001.12.361.0023.5.072. Ampliação da estrutura de ensino
839 - 4.4.90.61.00.00 501 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS R\$1.083.273,42

Total Suplementação: R\$1.083.273,42

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º desta Lei, servirá como recurso superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do Exercício Anterior, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso I da Lei Federal nº 4.320/64.

FONTE	SUPERÁVIT FINANCEIRO
501	R\$1.083.273,42

Art. 3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 13 de Janeiro de 2026.

Altamir Sanson
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE PALMEIRA ESTADO DO PARANÁ

MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº.

A presente justificativa tem por objetivo fundamentar a reprogramação orçamentária no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, visando possibilitar a eventual aquisição de terreno destinado à construção de unidade escolar e/ou creche municipal, em atendimento às demandas educacionais do Município.

O Município vem enfrentando crescimento da demanda por vagas na educação infantil e no ensino fundamental, especialmente em determinadas regiões, o que evidencia a necessidade de ampliação da infraestrutura física da rede municipal de ensino. A inexistência de áreas públicas disponíveis, com localização e dimensões adequadas para a implantação de nova unidade escolar ou creche, impõe à Administração a necessidade de avaliar a aquisição de terreno, como medida estratégica para garantir o atendimento do direito constitucional à educação, previsto no art. 205 da Constituição Federal. A reprogramação orçamentária ora proposta tem caráter preventivo e planejado, não implicando, neste momento, a aquisição imediata do imóvel, mas assegurando a flexibilidade orçamentária necessária para que o Município esteja apto a agir com celeridade, caso se confirme a oportunidade técnica, urbanística e financeira para a implantação do equipamento educacional. A despesa referente à aquisição de terreno enquadra-se como Despesa de Capital – Investimentos, conforme classificação estabelecida pela legislação orçamentária e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). Os recursos a serem utilizados são compatíveis com a natureza da despesa, podendo advir de Receitas de Capital, inclusive Receitas de Alienação de Ativos, cuja aplicação em investimentos é expressamente permitida pelo art. 44 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Ressalta-se que a reprogramação está em consonância com o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), não acarretando impacto negativo nas metas fiscais, tampouco prejuízo à manutenção e desenvolvimento do ensino.

A possibilidade de aquisição de terreno para fins educacionais representa investimento estruturante, com efeitos permanentes na melhoria da oferta de ensino, redução de déficit de vagas e fortalecimento da política pública educacional. A medida demonstra planejamento, responsabilidade fiscal e gestão eficiente dos recursos públicos, ao permitir que o Município se antecipe às necessidades futuras, evitando soluções emergenciais e onerosas.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná,
em 13 de Janeiro de 2026.

Altamir Sanson
Prefeito Municipal